Falando DHireito

Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos "Margarida Maria Alves"

Ano 3 - Nº 5 - abril, maio, junho e julho de 2004

É pra morar?

Relator inspeciona habitações do Programa "É Pra Morar"

O relator nacional do Direito à Moradia Adequada, Nélson Saule Júnior, visitou a periferia da capital paraibana a fim de averiguar denúncias sobre programa habitacional implementado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Os conjuntos Liberdade, Independência, Amizade e Cidadania, em Paratibe, foram alguns dos locais inspecionados pela relatoria.

Pág. 5

Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba define metas para 2004 **Pág. 12**

FOCOEJ peticiona sobre assassinato em Alagoa Grande **Pág. 3**

Comunidade de Forte Velho realiza ato público contra salinização de açudes **Pág. 5**

Candida Magalhães fala do mais novo projeto da Fundação Margarida Maria Alves, a Rede de Juristas Populares **Pág. 4**

Reportagem especial

A Fundação Margarida Maria Alves completa 10 anos de história na defesa dos Direitos Humanos.

FUNDAÇÃO Margarida Maria Alves

10 anos de luta pela defesa dos Direitos Humanos

Pág. 6

A Fundação fala

Editorial

O Boletim Informativo da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves vem apresentar em 2004 seu novo projeto gráfico. Desde 2002, as notícias da entidade eram publicadas no InterGrupos, somando quatro edições. A fim de representar mais claramente seu objetivo enquanto sociedade civil organizada, o boletim agora tem também um novo nome, Falando DHireito.

O mês escolhido para seu lançamento não foi por mero acaso. Em julho deste ano, a Fundação Margarida Maria Alves completa os seus 10 anos como defensora, dentre outras coisas, da igualdade de todos perante a lei, lutando pela garantia a cada ser humano ao direito à Moradia, à Saúde, à Educação.

O InterGrupos, de caráter informativo e opinativo, abrange os principais fatos ocorridos nos grupos, redes e fóruns aos quais a Fundação está ligada e que correspondem aos dois eixos de atuação da entidade, *Direitos Humanos e Democratização da Justiça; Direitos Humanos e Democratização da Cidade.*

Direitos Humanos: uma má compreensão

A expressão "Direitos Humanos" é uma daquelas expressões que, por sua amplitude, tem sido usada de várias maneiras e a serviço de diversas ideologias. Cada um que queira definir quais são os direitos, cada qual que queira estabelecer seu padrão do "humano".

No Brasil, por exemplo, a mídia relaciona a dita expressão quase sempre com a questão policial, atribuindo-lhe um sentido negativo de estímulo à impunidade. Esta imagem, além de reducionista, por desprezar outras dimensões como a dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESCs) e a dos Direitos de Solidariedade, é também falsa.

No particular da luta contra a tortura o que se defende não é o "criminoso", mas a pessoa, independente de quem seja e de que título carregue: assassino, estuprador, menor infrator, policial, governador...

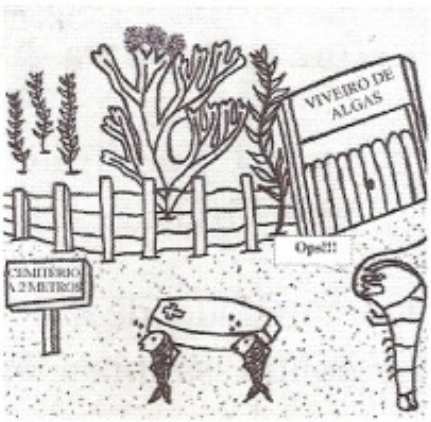
Não se milita pela impunidade, mas pelo respeito às garantias mínimas estabelecidas em nossa Constituição, por um sistema prisional mais ressocializador, por uma polícia que transmita menos medo e mais segurança. Luta-se também contra a impunidade daqules que se julgam acima da lei.

Quanto à visão reducionista dos Direitos Humanos presente no imaginário da sociedade brasileira, pode-se dizer que a ampliação deste entendimento ainda consiste em um grande desafio para todos os atores sociais que lutam por uma sociedade mais humana e menos violenta.

Controvérsias à parte, fato é que a história dos Direitos Humanos tem sido construída muito mais a partir da luta diária pela dignidade do que através dos embates teóricos.

Como já disse o teórico Norberto Bobbio, o maior desafio atualmente dos direitos humanos não é o de defini-los, mas o de efetivá-los.

Gustavo Castello Branco
Advogado da FDDHMMA



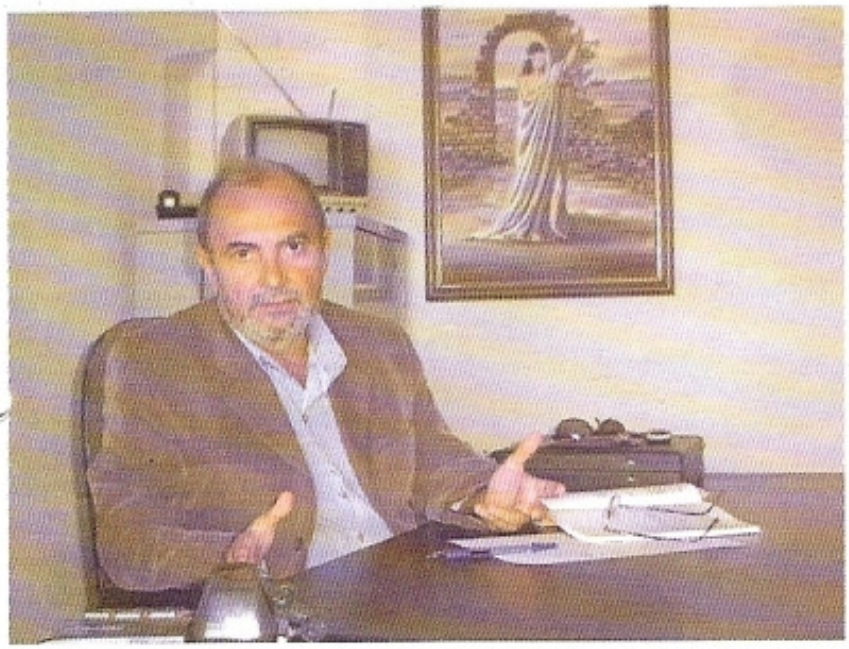
EXPEDIENTE

Falando DHireito é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
End. Rua 13 de maio, nº 40, Centro CEP: 58013-070 João Pessoa- PB. Tele-fax: 221 3014 / e-mail: fddhmma@uol.com.br
Jornalista responsável: Cláudia Carvalho, DRT: 1385/99 Reportagem: Cláudia Carvalho e Karla Monteiro.
Tiragem: 1 000 exemplares

Democratização da Justiça

Fórum entra em ação contra delegado

FOCOEJ peticiona sobre assassinato em Alagoa Grande



Cláudia Carvalho

Advogado externa sua indignação frente ao homicídio em Alagoa Grande

Cláudia Carvalho

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, através do Fórum de Controle Externo do Judiciário (FOCOEJ), encaminhou no dia 13 de abril do corrente uma petição ao presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, à Corregedoria do Ministério Público, à Corregedoria Geral de Justiça e à Secretaria Estadual de Segurança Pública, solicitando esclarecimentos e providências quanto à morte do desempregado Helenildo Rosemiro dos Santos. O assassinato aconteceu no dia 16 de dezembro do ano passado, em Alagoa Grande. O acusado é Dinaldo Queiroz de Lima, delegado comissionado da cidade.

O advogado Israel Guedes Ferreira, representante jurídico da mãe da vítima (que prefere não ser identificada temendo represálias), entregou à Fundação cópias dos documentos pelos quais solicita a reabertura do inquérito que acusa o delegado de executar Helenildo com um tiro de revólver no peito. A vítima teria sido denunciada através de um telefonema à delegacia de Alagoa Grande por ser fugitiva da Justiça.

O delegado Dinaldo Queiroz, de acordo com o relato do advogado Israel Ferreira, dirigiu-se até a casa de Helenildo e alvejou o rapaz, mesmo depois deste haver se entregado ao receber voz de prisão. Após ter sido morto, foi arrastado pela escadaria do cruzeiro até o local onde a viatura policial estava estacionada.

A versão oficial é outra. O delegado sustenta a tese de que Helenildo teria resistido à prisão, dominando o delegado e o motorista da viatura, levando-os para dentro de sua residência, onde de posse de uma faca, teria tentado ferir ambos. Entretanto, o golpe teria somente alcançado a camisa do delegado, que reagiu disparando contra o acusado.

"Esta hipótese é irreal porque um homem não poderia dominar o delegado e o motorista, levá-los para dentro de uma casa e conseguido apanhar uma faca para ferir os dois. Além do mais, a cena do crime não foi sequer a residência da vítima, mas a de uma vizinha, D. Josefa Betoso, que nunca foi chamada para depor", denuncia Israel Ferreira. Ele ainda cita uma outra irregularidade. "A mãe de Helenildo foi chamada a depor. Não disse coisa alguma, mas soube depois que um depoimento supostamente dela atribuía ao filho a autoria de vários crimes cometidos na região. Questionamos as impressões digitais incluídas no processo como delas e a assinatura de uma testemunha, Antônio da Silva, que ninguém sabe quem é".

Ele solicitou ao juiz da Comarca de Alagoa Grande a reabertura do inquérito, atualmente arquivado, para apurar a responsabilidade do delegado comissionado no caso, além da exumação do cadáver de Helenildo Rosemiro dos Santos,assim como a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos delegados Dinaldo Queiroz e Ariosvaldo Adelino de Melo, que presidiu o inquérito. Israel também quer uma perícia da Polícia Federal nas impressões digitais atribuídas à mãe da vítima no depoimento que ela contesta, assim como na assinatura da testemunha Antônio da Silva, cuja identidade é desconhecida.

Entrevista
Candida Magalhães fala sobre a Rede de Juristas

Candida Moreira Magalhães há três anos faz parte da equipe da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Como advogada, utiliza seus conhecimentos jurídicos para assessorar os grupos aos quais a entidade acompanha. Atualmente é a técnica responsável pela Rede de Juristas Populares.

Cláudia Carvalho

Falando DHireito: Como surgiu a iniciativa para formar a Rede de Juristas Populares?

Candida: Os Juristas Populares terminavam o curso (Curso de Formação de Juristas Populares), voltavam para suas comunidades e não se encontravam mais com suas turmas. Então a turma de 2002, antes do final do curso, formulou uma proposta de criação de uma associação e apresentou o 1° encontro de Juristas em 14 de dezembro de 2002. No 2° encontro, em abril de 2003, além dos juristas analisarem a proposta, discutiram sobre a estrutura de rede e de associação. Optaram pela criação de uma rede.

Falando DHireito: Há um projeto específico para a Rede ? Ele é financiado por alguma instituição?

Candida: Paralelo à construção da Rede foi montado o Projeto Acompanhamento de Juristas Populares que depois foi renomeado para Articulação de Juristas Populares. Através da cooperação internacional de Misereor (financiadora) é que a gente tem recursos para os encontros dos Juristas. Até agora já houve o Encontro Municipal de João Pessoa no dia 16 de maio, depois foi o de Santa Rita em 23 de maio e o de Bayeux em 06 de julho.

Falando DHireito: Há um regimento interno que estabeça a forma de organização e os procediemntos da Rede?

Candida: Foi tirada uma comissão para a formulação de uma proposta de regimento interno no 2° encontro. Em 2004, na 1ª reunião ampliada foi discutida a proposta , os objetivos da Rede, sua estrutura e se teria um coordenação. Após uma 2ª reunião, os Juristas Populares aprovaram o regimento.

Falando DHireito: Como foi escolhida a coordenação da Rede de Juristas Populares?

Candida: No dia da aprovação do regimento, foi votada uma coordenação. Os Juristas Populares decidiram ter na composição da coordenação representantes de todos os núcleos municipais (João Pessoa, Santa Rita e Bayeux) e de todas as turmas do Curso de Formação de Juristas Populares. Foram escolhidos Elionaldo, Creuza, Ana, Sandra e Fátima.

Falando DHireito: Como são feitas as reciclagens dos conhecimentos jurídicos dos Juristas?

Candida: São feitas nos encontros, onde eles discutem assuntos que têm mais dúvidas. Em Santa Rita, decidiram discutir sobre o Código do Consumidor, pela falta da observância ao código no município. Em Bayeux, escolheram a proteção aos mangues e direito ambiental. E em João Pessoa, o Plano Diretor , Lei Orgânica do município e o Estatudo da Cidade. Ainda neste núcleo, eles tiraram como encaminhamento do encontro uma discussão sobre a conjuntura política e eleições.

Falando DHireito: Como os Juristas atuam nas comunidades onde moram?

Candida: Por exemplo, em Santa Rita, o Centro Dom Oscar Romero tem um atendimento diário e direto com a população, orientando juridicamente e apoiando as famílias da comunidade. No Flor Mulher, é prestada orientação jurídica e para saúde das mulheres.

Falando DHireito: Qual é o sentimento da Fundação frente à Rede já que esta é fruto das ações da entidade?

Candida: A Rede de Juristas Populares está dentro dos princípios e dos objetivos de democratização da sociedade e da missão da Fundação de difundir a cultura dos Direitos Humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social.

Democratização da Cidade

Comunidade protesta contra salinização de cacimbas

Moradores de Forte Velho realizam ato público em protesto contra viveiros de camarão

Cláudia Carvalho

Passeata contra salinização de cacimbas

Cláudia Carvalho

Um ato público reuniu no dia 19 de abril deste ano os moradores do distrito de Forte Velho em Santa Rita. Com baldes e bacias na cabeça, eles protestaram contra a salinização de parte das cacimbas locais. Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Sudema) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estiveram vistoriando a área e os viveiros de camarão já existentes, à convite da Associação de Moradores. A entidade atribui à prática da carcinicultura a contaminação do lençol freático, o que estaria causando as mudanças na água habitualmente usada para consumo humano.

Além da Sudema e do Ibama, estiveram presentes à manifestação dos moradores, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves , o deputado estadual Ricardo Coutinho (PSB) e a presidente da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (Apan), Paula Frassinete.

A comitiva visitou os viveiros do empresário Paulo Coutinho e as cacimbas cujas águas são motivos de queixas. O dono dos viveiros negou a interferência do cultivo de camarão no meio ambiente local. "Temos todas as licenças , além de um projeto aprovado pelo Banco do Nordeste. Um banco não cederia crédito para um empreendimento que não estivesse em conformidade com a legislação. Já recebi elogios até da ministra do Meio Ambiente Marina Silva".

O presidente da Associação dos Moradores de Forte Velho, Luiz Carlos de Almeida Gonzaga, manteve seu argumento. "Água das cacimbas está sendo prejudicada pelos viveiros. Eles desequilibram o meio ambiente e, se nenhuma providência for tomada, vão acabar com o manguezal e com a forma de sustento das famílias que moram na comunidade".

De acordo com o coordenador de fiscalização da Sudema, Ieure Rolim, técnicos do órgão vão se deslocar até Forte Velho para colher amostras das águas das cacimbas a fim de verificar o nível de salinidade e, caso comprovada a denúncia e a relação com os viveiros, encaminhar as providências para sanar o problema. O Ibama constatou a transferência de águas dos viveiros para o mangue, externando a necessidade de retornar ao local para encaminhar soluções .

O empresário negou que os viveiros de camarão existentes na propriedade dele interfiram no equilíbrio ambiental e na qualidade da água coletada nas cacimbas de Forte Velho. "As reservas de água da comunidade ficam muito perto do mangue e há contato do fluxo do manguezal, durante os períodos de chuva. Os viveiros foram construídos a 50 metros do mangue, ou seja, 20 metros a mais do que prevê a legislação. Estamos em conformidade com a lei".

O Grupo de Trabalho da Carcinicultura da Câmara Federal ainda está elaborando uma legislação específica para reger a prática do cultivo de camarão em áreas próximas ao mangue. No início de abril, o deputado federal João Alberto (PT-CE), relator do GT, esteve na Paraíba visitando áreas usadas para a carcinicultura e ouviu as queixas da Associação de Moradores de Forte Velho durante uma sessão especial realizada na Assembléia Legislativa, por proposição de Ricardo Coutinho (PSB).

A produção de camarão da propriedade de Paulo Coutinho é destinada aos mercados exteriores. Alguns países da Europa e os Estados Unidos são os principais compradores. O quilo do produto é normalmente comercializado a R$ 7. Cada hectare produz a cada três meses cerca de 6,3 toneladas. Nos doze viveiros que mantém em Forte Velho, Paulo Coutinho tem 28 trabalhadores fixos.

Cláudia Carvalho

Paulo Coutinho (ao centro) em sua propriedade

Direitos Humanos como causa primeira

Fundação Margarida Maria Alves completa 10 anos de luta

Karla Monteiro

Medo, frio e fome são palavras que exprimem, em muitas pessoas, sofrimentos que marcaram grande parte de suas histórias. Denúncia caracteriza a revolta concretizada contra a submissão do homem. Liberdade, moradia e alimentação representam respostas às lutas por uma sociedade mais justa e humanizada.

Karla Monteiro

Marcha das Margaridas no centro de João Pessoa em 2003

Em meados da década de 70, criava-se o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, atuando com o balcão de atendimento e assessoria às questões de violação dos Direitos Humanos e do Direito à Moradia. A população paraibana ganhava um aliado que passaria a assegurar-lhe as garantias pelos direitos sociais, civis e políticos.

Mas o então bispo Dom José Maria Pires, perto de sua aposentadoria, em 8 de julho de 1994, instituiu para suceder ao Centro a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA).

- O bispo instituiu a Fundação, antes de se aposentar, para preservar os serviços do Centro – declarou Verônica Rodrigues, técnica de acompanhamento do Plano Trienal da FDDHMMA.

Ligada ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), à Articulação Estadual de Políticas Públicas, ao Fórum Nordeste de Reforma Urbana, ao Fórum Nacional de Participação Popular/NE e à Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, a entidade coordena programas de democratização da justiça e da cidade. Visa, assim, intervir, por exemplo, na regularização fundiária, na manutenção da posse da terra e no orçamento público estadual.

O nome

Camponesa e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB, Margarida Maria Alves lutou corajosamente em favor da seguridade dos direitos trabalhistas no campo. Desafiou, para tanto, a fúria dos poderosos latifundiários.

Margarida reivindicava a carteira assinada, o 13° salário e as férias dos trabalhadores do campo. E por exigir o cumprimento das leis trabalhistas, a sindicalista foi assassinada covardemente com um tiro.

No entanto a justiça não foi feita. O principal suspeito de ser o mandante do homicídio, o empresário José Buarque de Gusmão Neto, mesmo levado duas vezes a júri com acusações feitas pelo Ministério Público, continua solto, gozando de liberdade.

A Fundação criou junto com outras entidades um comitê responsável de realizar passeatas e manifestações de protesto, pedindo punição. Observando o envolvimento do Centro com a defesa dos Direitos Humanos e ainda com objetivo de homenagear Margarida Maria Alves , elegeu-se a sindicalista como símbolo de luta e de sede por justiça.

Em 2003, foi realizada uma sessão extraordinária presidida pelo representante do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, frei Anastácio, em homenagem aos 20 anos de morte da sindicalista. Na ocasião, foram relembradas as lutas enfrentadas por essa que é considerada um mártir da reforma agrária.

Implementação de programas

A Fundação Margarida Maria Alves desenvolve a cada três

anos um plano que rege as atividades implementadas pela entidade. O mais novo Plano Trienal *Instrumentos legais para uma ação cidadã II* - 2004 a 2006 - abarca questões pautadas em dois principais eixos: *Direitos Humanos e Democratização da Justiça*; *Direitos Humanos e Democratização da Cidade*.

Sobre a Democratização da Justiça, no qual está incluso o Curso de Formação de Juristas Populares, de acordo com o plano, entende-se "como processo de debate político/jurídico, com vista à construção de canais de participação popular com a preocupação de contribuir para a redução das formalidades, excesso de burocracia, redução de custas, corporativismo e distanciamento do poder judiciário da população".

Ainda em observância a este eixo, a Fundação Margarida Maria Alves lançou em 2004 o *Projeto de Articulação de Juristas Populares*, com objetivo dentre outros, de "monitorar a atuação dos Juristas Populares no sentido de identificar os impactos do seu trabalho, atualizar o conteúdo jurídico junto a estes, reelaborar o discurso jurídico na perspectiva do saber popular, fortalecer ações políticas para promoção de mudanças na vida cotidiana das comunidades e sistematizar a experiência dos Juristas Populares através de uma pesquisa".

Karla Monteiro

Formatura do Curso de Formação dos Juristas Populares/2003

O Plano Trienal no eixo Democratização da Cidade, destaca que democratizar as cidades significa "possibilitar a realização dos anseios do maior número possível de habitantes através de seus setores representativos. Fazer com que cada cidadão seja não só um ator passivo, mas um agente ativo que participa do processo de planejamento, construção e controle da cidade, ou seja, consiste na implementação de uma 'gestão democrática' ".

Observa-se, atualmente, o monitoramento de grupos de base em localidades, tanto em João Pessoa como em Santa Rita. Na capital paraibana, os grupos acompanhados são a Associação de Moradores de Mussumagro e o Movimento Cidadania e Segurança (MCS). Já em Santa Rita, o acompanhamento é feito à Associação de Moradores de Forte Velho. Em todos eles, são dadas orientações, por exemplo, sobre idéias básicas de organização (estatuto, assembléias, atas e relatórios de reuniões), sistematizando suas atividades.

Cândida Magalhães

Encontro da Rede de Juristas Populares de João Pessoa

Democratizando a justiça

Nascido há 4 anos, o Curso de Formação de Juristas Populares surgiu a partir de experiências adquiridas com o Projeto Pitolo *Socializando o Direito* da FDDHMMA, com o apoio financeiro de instituições internacionais, como CORDAID (Catholic Organization for Realief and Development) e CAFOD (Catholic Agency for Overseas Development).

O advogado Gustavo Castello Branco, técnico responsável pelo Curso de Formação de Juristas Populares, destacou o que esta atividade representa para a FDDHMMA:

- Esta é uma das atividades mestres. Ela é uma carta de apresentação.

O curso, que tem a duração de um ano, apresenta como propósito capacitar líderes comunitários para estes solucionarem

as demandas jurídicas de suas comunidades, além de estimular os multiplicadores da prática social. Assim são organizados sete módulos, dentre os quais sobre o Direito Urbano e a Poltica Urbana, e três oficinas. Realizam-se ainda algumas visitas a órgãos do Poder Judiciário.

Karla Monteiro

Ato Público pelo dia de combate à violência contra a mulher

Marleide Dantas, jurista popular formada na turma "Margarida Maria Alves", demostra o quanto os conhecimentos adquiridos no curso têm facilitado as ações do Grupo Flor Mulher, associação que ela integra como conselheira fiscal:

- O curso dado pela Fundação foi a melhor coisa que podia acontecer no Grupo Flor Mulher. Antes eu mesma tinha medo de ir até o Fórum, de falar com um juiz, um promotor. Depois do curso eu sabia que tinha direito de estar em uma audiência.

Gustavo Castello Branco explicou como se desenvolve o relacionamento da entidade com os cursistas:

- A metodologia utilizada pela Fundação é participativa, construindo o conhecimento com os próprios cursistas a partir da vivência de cada um em suas comunidades. Temos o objetivo de formar cidadãos, no sentido pleno; formar e sensibilizar para a cidadania.

Rede e Fóruns

Sexo frágil! Essa denominação pejorativa já não pode ser considerada quando se observam as práticas realizadas pela Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, uma das organizações de que a Fundação faz parte.

Reunindo em sua composição a presença de 32 grupos de mulheres, muitas dessas vindas do interior paraibano – Sertão e Brejo, a Rede pretende em seus trabalhos ampliar a visão acerca dos direitos, no combate à violência, e das políticas, em particular, a de assistência à saúde.

- Há um grupo de Esperança em que a coordenadora foi assassinada pelo marido. E nessa época, elas não participavam dessa rede. Começaram a participar. E o que elas estão fazendo lá? Estão fazendo oficinas contra a violência à mulher – Cândida Magalhães relatou os resultados alcançados com o trabalho de conscientização.

Um dos principais frutos dos trabalhos feitos, no decorrer de uma década de Fundação, foi o notório desenvolvimento de um espaço coletivo, reunindo as entidades em uma só construção.

A Articulação Estadual de Políticas Públicas, por exemplo, congrega várias representações da sociedade civil organizada. Foi criada com a ajuda efetiva da FDDHMMA, observando que

Relação numérica de Juristas Populares

Dados quantitativos de Juristas Populares formados nos últimos quatro anos:

> 2000 - 19 Juristas Populares: 7 homens e 12 mulheres;
> 2001 - 13 Juristas Populares: 4 homens e 9 mulheres;
> 2002 - 15 Juristas Populares: 5 homens e 10 mulheres;
> 2003 - 18 Juristas Populares: 8 homens e 10 mulheres.

Em 2004, foi iniciada mais uma turma do Curso de Formação de Juristas Populares e conta até o presente com a participação de 18 homens e 8 mulheres.

Cláudia Carvalho

Reunião do Fórum doControle Externo do Judiciário

esta foi uma das primeiras entidades a integrá-la.

O espaço coletivo de atividades facilita o redirecionamento dos trabalhos e ajuda a dar viabilidade aos mesmos. Verônica Rodrigues justifica as vantagens dessas construções:

- Você trabalhando em conjunto reduz custos. Grandes eventos para 100 e 150 pessoas conseguiram ser realizados dentro desses espaços, quando uma entidade só não conseguiria realizar.

Candida Magalhães destaca o Fórum de Controle Externo do Juriciário (Focoej), formado em 2004 pela proposição nascida no Curso de Formação de Juristas Populares, também como exemplo de reunião de variadas entidades . Juntos realizarão seminários para esclarecer a sociedade sobre a problemática.

- Conseguindo programar seminários para jogar o debate para a sociedade, ampliaremos a discussão e, posteriormente, construiremos o controle.

Financiamento

Após a elaboração de seus Projetos Trienais, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves procura algumas agências de cooperação de programas pela causa social. Em 2004, seu Plano Trienal *Instrumentos legais para uma ação cidadã II* foi aprovado por duas patrocinadoras internacionais, a CAFOD e a CORDAID. Já o projeto *Articulação de Juristas Populares* conta com a colaboração da agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha MISEREOR .

A CAFOD foi fundada em 1962 e tem sua sede localizada em Londres, na Inglaterra. Procura com seus recursos atuar junto a ONG's, grupos comunitários ou de base, entidades representativas e organismos de igreja, em países em que a população se encontra desprovida de condições dignas de vida. Tem assim o propósito de combater a pobreza, a fome, a ignorância, a doença e o sofrimento.

De tradição católica, fundada no ano de 1999, com mais de 80 anos de experiência, a CORDAID está localizada na Holanda e disponibiliza anualmente o capital no valor aproximado de 150 milhões de euros para projetos sociais. Ela tem como missão melhorar as condições de vida e fortalecer a sociedade, independentemente de faixa etária, sexo, condições, crença ou convicção política.

A MISEREOR desde a sua criação, em 1958, tem como objetivo oferecer cooperação em parceria para combater a pobreza mundial, extinguir as estruturas de injustiça e promover a solidariedade aos pobres e perseguidos. De origem alemã, esta agência tem seus trabalhos financiados tanto por católicos alemães, como pelo Governo do país e pela União Européia.

Maria das Graças Duarte, tesoureira e coordenadora administrativa da Fundação Margarida Maria Alves, ainda cita outra forma utilizada pela entidade para captar recursos:

- Uma outra forma que a gente está começando a exercitar para conseguir recursos é prestar serviços de assessoria. Por exemplo, alguma entidade ou grupo convida a Fundação para dar um curso sobre Direito Constitucional, sobre Direitos Humanos, a gente faz um acordo com essa entidade e faz a assessoria.

Cláudia Carvalho

Maria das Graças Duarte, tesoureira da Fundação

Democratização da Cidade

Relator nacional visita condomínios populares

Saule Júnior inspeciona condições de moradia para famílias carentes em João Pessoa

Cláudia Carvalho

Visita de Nelson Saule Júnior ao Codomínio Liberdade no Valentina

Cláudia Carvalho

O Relator Nacional do Direito à Moradia Adequada, Nélson Saule Júnior, considerou como "áreas de risco" as habitações dos condomínios populares construídos em João Pessoa como parte do Programa "É Pra Morar", da Prefeitura Municipal. Em visita à capital paraibana entre os dias 3 a 5 de abril, Saule sugeriu a formação de uma comissão com representantes do Poder Público e entidades da sociedade civil para avaliar as medidas técnicas cabíveis para contornar os problemas estruturais da obra.

Ele também recomendou ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), Miloon Khotari, a análise do caso das famílias que habitam os mais de mil apartamentos existentes nos bairros periféricos de João Pessoa. Khotari esteve no Brasil em junho deste ano.

Queixas

As questões relacionadas pelos moradores e, conseqüentemente, pelo Fórum Estadual de Reforma Urbana (Ferurb), incluem diversas insatisfações. De acordo com a avaliação técnica feita pelo Sindicato dos Engenheiros da Paraíba as irregularidades encontradas nas habitações populares incluem a ausência de esgotamento sanitário, inexistência de revestimento nas paredes, ocasionando infiltrações, rachaduras e desabamentos; instalações elétricas e hidráulicas aparentes que põem em risco a segurança dos moradores; piso sem impermeabilização no segundo pavimento, ocasionado infiltração no andar inferior; falta de calçada de proteção no entorno dos edifícios, assim como coleta e coletor de resíduos sólidos sistemáticos.

Há também vãos construídos fora dos padrões ergonométricos, banheiros cujas entradas são voltadas para as cozinhas e ausência de portas em banheiros e quartos. Por fim, não foram construídos os postos de serviços necessários como creches, postos de saúde e policial e escolas. As áreas também carecem de infra-estrutura adequada com sistema viário e área de lazer.

"Os órgãos de Saúde devem ser convocados a prestar assistência a estas comunidades. O Ministério Público também deve se incorporar à causa para elaborar um termo de ajuste de conduta", declarou Nélson Saule Júnior, cuja presença em João Pessoa foi resultado de uma denúncia encaminhada, em 2000, pelo Fórum Estadual de Reforma Urbana, coordenado na época pela Fundação Magarida Maria Alves (FDDHMMA). De acordo com a análise do Relator Nacional do Direito à Moradia Adequada, a Defensoria Pública deve prestar suporte jurídico às famílias da Comunidade Novo Horizonte para buscar na Justiça o acesso ao usucapião.

Os locais visitados pelo relator Nélson Saule Júnior foram os condomínios Liberdade (80 apartamentos); Independên-

Cláudia Carvalho

Comunidade desabafa sobre os preconceitos sofridos

cia I e II (288 apartamentos); Cidadania (112 apartamentos); e Amizade (240 apartamentos) todos localizados em Paratibe, no conjunto residencial Valentina Figueiredo.

Além deles, há ainda os condomínios Esperança (244 apartamentos) no Padre Zé; Índio Piragibe (32 apartamentos), na Ilha do Bispo; Fraternidade (40 apartamentos) no conjunto Funcionários III; e Condomínio da Paz (152 apartamentos) nas Três Lagoas. Em construção estão 100 apartamentos no conjunto Mangabeira II e igual número no Colibris.

Preconceito

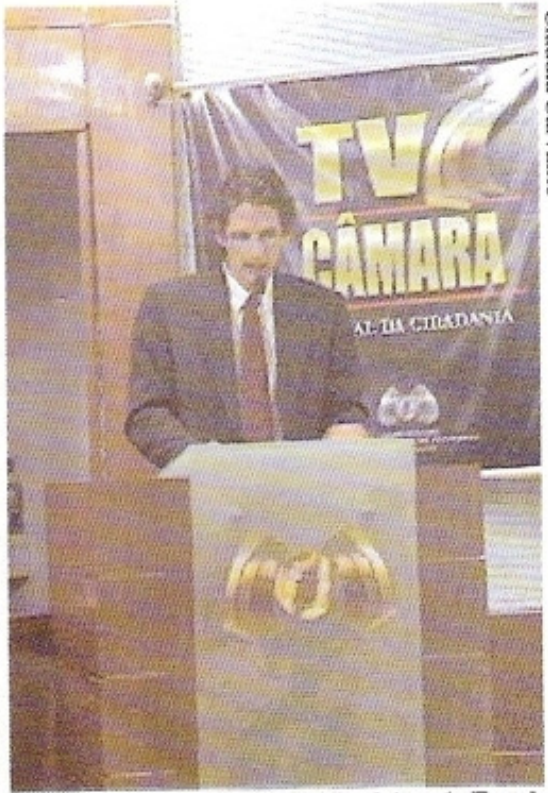
Nélson Saule Junior ouviu depoimentos emocionados ao chegar aos condomínios pessoenses. Os relatos foram desde a exposição dos problemas estruturais das edificações até o preconceito enfrentado pelos moradores em face das condições adversas de moradia e localização. "Somos alvo de preconceito por morarmos aqui. O lugar é conhecido como Torre de Babel e quando vamos procurar emprego e dizemos que residimos aqui, somos rejeitados. Já fui até chamada de marginal", revelou Maria José Matias, moradora do condomínio Cidadania II.

"Sentimos o preconceito da população por morarmos em um condomínio que ficou conhecido como Torre de Babel. Nossa proposta inicial era de nos mudarmos para casas, mas se não for possível, que ao menos reboquem as paredes, façam calçadas e providenciem o saneamento básico", pediu Simone Justino, uma das moradoras do Condomínio Independência I, no Valentina Figueiredo.

Precariedade

"Estou espantada pelo fato de ainda não ter sido registrada nenhuma morte. Estive lá em 2000 e naquela época a situação já era crítica. Os prédios correm risco de desabamento sim. Eu assinei o parecer há quatro anos e confirmo tudo que eu disse. Se nada de pior aconteceu até agora, foi a Providência Divina quem agiu". A declaração foi feita pela engenheira Lígia Maria Holanda. Ela era vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros à época da denúncia do Fórum Estadual de Reforma Urbana e foi a profissional responsável pela avaliação técnica que subsidiou a queixa encaminhada à Curadoria dos Direitos do Cidadão, onde o processo foi perdido cerca de um ano após a entrada.

Na sessão especial realizada na Câmara Municipal de Vereadores na quarta-feira, 4 de abril, ela foi indagada quanto à hipótese de o projeto original da obra descartar a necessidade de reboco nas paredes da edificação. "Não acredito que as especificações técnicas deixem de fora a obrigatoriedade do reboco. Gostaria de enfatizar, ainda, que cintas, colunas e vigas não são somente recursos estéticos. Eles existem para dar segurança a uma construção. Isso não existe nos condomínios populares de João Pessoa", declarou Lígia.



Cláudia Carvalho

Gustavo Castello Branco expõe pleitos do Ferurb

Rede de Mulheres traça linhas de ação para 2004

Mulheres discutem o contexto do movimento feminista no Brasil e planejam metas

Karla Monteiro

Nos dias 20 e 21 de março, a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba reuniu em Intermares, na Casa Florescer, mulheres de diversas localidades do Estado. O encontro objetivou avaliar as atividades realizadas em 2003 e planejar ações para 2004. Apresentou ainda em sua programação uma análise conjuntural do Movimento de Mulheres e momentos de descontração, com músicas e danças.

No dia de abertura, destinado a avaliação e planejamento, as atividades foram realizadas em grupos de trabalho. Como desafios para este ano, destacou-se dentre outras prioridades, a de mobilizar grupos de vários segmentos para pontos convergentes e de discutir sobre a Conferência Nacional de Políticas Pública para Mulheres.

Quem primeiro discursou sobre o panorama político foi a convidada Carla Batista, representante da Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), com sede em Recife. A expositora abordou temas polêmico como prostituição, legalização do aborto e aposentadoria das donas de casa.

Sobre a aposentadoria das donas de casa, a representante da AMB ressaltou já haver uma "luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico como uma questão social não apenas de responsabilidade da mulher, mas também do homem".

Estelizabel de Souza, representante do Cunhã, deu continuidade ao evento com uma retrospectiva histórica a partir dos anos 70. Ela destacou o período em que mulheres acadêmicas, dentre as quais, Eleonora Menecuste, Paula Capeline, Ângela Arruda, Rita Gadelha foram perseguidas politicamente, assim como personalidades do meio rural, Margarida Maria Alves e Penha Teixeira.

Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

Em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho deste ano, estará sendo realizada a Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Em sua pauta de discussões, encontram-se temas relativos às políticas públicas, como a saúde, a segurança, o trabalho e a educação.

O público do evento será composto pelos governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada. Nesta última categoria, os representantes foram eleitos nas Conferências Estaduais.

Na Paraíba, a Conferência Estadual ocorreu nos dias 27 e 28 de maio no Espaço Cultural em João Pessoa. Tirou como delegadas mais de 20 mulheres, como a representante da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, Luciana Cândido Barbosa.

Conferência Nacional de Direitos Humanos

Em 2004, a Conferência Nacional de Direitos Humanos foi realizada em Brasília entre os dias 29 de junho a 2 de julho. Sua proposta de discussão esteve voltada para a construção do sistema nacional de Direitos Humanos.

Nos dias 22 e 23 de maio, ocorreu na Paraíba a Conferência Estadual de Direitos Humanos , contando com a participação da sociedade civil organizada , dentre as quais a Fundação de Defesa de Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

Foram tirados nesta conferência 9 delegados da sociedade civil organizada e 6 delegados governamentais para apresentarem na nacional as reivindicações da Paraíba. Representando a Fundação, foi escolhida Verônica Rodrigues.

Agende-se

Conferência Estadual de Políticas Públicas. João Pessoa-PB	16 a 18 de julho
Encontro Municipal da Rede de Juristas Populares do núcleo de Bayeux	01 de agosto
Encontro Municipal da Rede de Juristas Populares do núcleo de João Pessoa	15 de agosto
Encontro Estadual da Rede de Juristas Populares. Bayeux-PB	27 de outubro
I Fórum Social Nordestino. Recife-PE	25 a 28 de novembro